

Acordo Coletivo de Trabalho 2004/2005

000003

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce S/A, empresa de sociedade anônima com sede, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, na av. Graça Aranha, 26, Castelo, CEP – 20.030-900, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 33.592.510/0001-54, doravante designada apenas EMPRESA;

E, outro lado os:

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 27.398.510/0001-15, com sede na cidade de Vitória – ES, na av. Governador Bley, n.º 186 – 4º andar, CEP 29.010, Centro;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS, DO OURO E METAIS PRECIOSOS E DE MINERAIS NÃO METÁLICOS DE MARABÁ, PARAUPEBAS, CURIONÓPOLIS E EL DORADO DOS CARAJÁS-PARÁ, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 05.322.557/0001-62, com sede na cidade de Parauapebas – PA, na rua Iguará, n.º 148, CEP 68.516-000, Centro;

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DE MINAS GERAIS, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 19.289.479/0001-56, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, na rua av. Afonso Pena, 981 – 6º andar - CEP 30130-907, Centro.

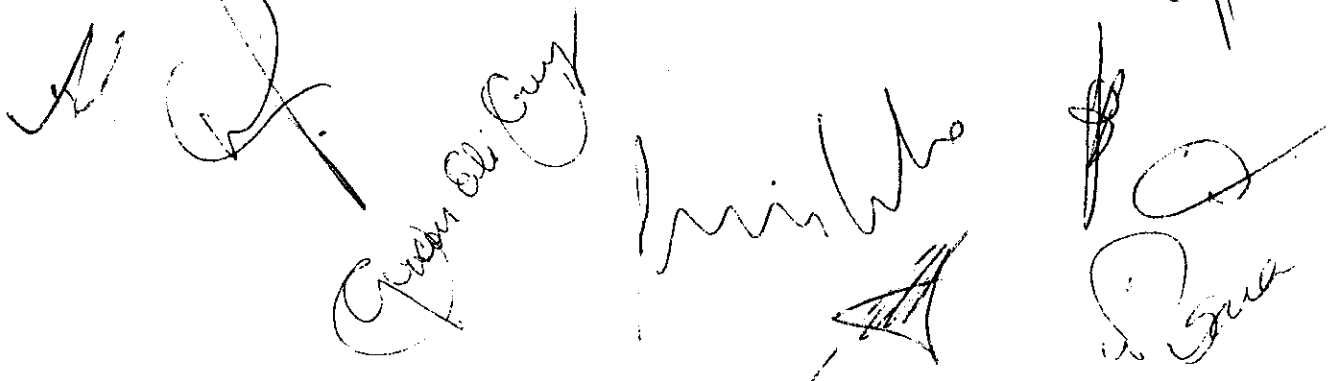
SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESPÍRITO SANTO, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 27.416.643/0001-77, com sede na cidade de Vitória - ES, na rua Hnerique Novaes, n.º 88 / 1208, CEP 29.010-490, Centro;

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 29.506.102/0001-65, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na av. 13 de maio, n.º 13 – salas 801/803, CEP 20.003-900, Centro;

SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 20.123.428/0001-39, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, na rua Espírito Santo, 1701 – CEP 30160-031, bairro de Lourdes.

SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 30.962.575/0001-56, com sede na cidade de Vitória - ES, na av. Marechal Mascarenhas, n.º 2562 / 412, CEP 29.052-120, bairro Bento Ferreira;

SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 33.953.449/0001-23, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na av. Rio Branco, n.º 277 / 17º andar, CEP 20.040-009, Centro;



SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE SERGIPE, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 13.360.961/0001-59, com sede na cidade de Aracaju- SE, na av. Doutor Carlos Rodrigues da Cruz, nº 1.710, CEP 49.080-190, bairro Capucho;

SINDICATO DAS SECRETÁRIAS DOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 34.037.093/0001-40, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na av Rio Branco, nº 151 - 18º andar - sala 1801 CEP 20040-006, Centro;

SINDICATO DOS TÉCNICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 30.948.756/0001-28, com sede na cidade de Vitória - ES, na av. Jerônimo Monteiro, 490, CEP 29.010-002, Centro;

Neste ato representados pelos seus Diretores e doravante designados apenas SINDICATOS.

Aos vinte dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quatro, entre a EMPRESA e os SINDICATOS restou justo e acertado o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, que abrange os trabalhadores, empregados da Cia Vale do Rio Doce, representados por estes SINDICATOS referente a data base de 1º de julho de 2004, estabelecendo em seu conteúdo cláusulas que foram devidamente aprovadas em Assembléia Geral dos empregados da EMPRESA, realizada especialmente para esta finalidade, ficando estabelecidas as seguintes condições:

1. REAJUSTE SALARIAL

A CVRD reajustará em 4,5 % (quatro vírgula cinco por cento) os salários-base de seus empregados vigentes em 30.6.2004.

1.1. Considerando que a folha de salários do mês de julho/2004 já foi paga, as partes estabelecem que, em 01/09/2004, será feito um pagamento único em valor equivalente à incidência do reajuste salarial ora ajustado sobre os salários de julho/2004.

2. CESTA ALIMENTAÇÃO

A CVRD fornecerá 12 (doze) créditos mensais no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), em cartão eletrônico ou em tíquete, a título de cesta alimentação, durante a vigência deste acordo.

2.1. A cesta alimentação será fornecida exclusivamente aos empregados com salário-base de até R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

2.2. O benefício da cesta alimentação não possui natureza salarial, não integrando o salário para nenhum efeito legal, regendo-se pelas instruções do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) instituído pela Lei 6321/76.

2.3. A participação do empregado fica limitada a 5% do custo do benefício.

[Handwritten signatures and initials]

2.4. Para os empregados que vierem a ser admitidos na empresa e para os que se desligarem durante a vigência deste Acordo, será pago o valor proporcional ao número de meses trabalhados.

3. DATA DE PAGAMENTO

A CVRD efetuará o pagamento de seus empregados da seguinte forma:

- a) No dia 15 (quinze) de cada mês, será efetuado o adiantamento quinzenal, observados todos os demais critérios regulamentares para o processamento do mesmo;
- b) Até o primeiro dia útil do mês subsequente ao vencido, será efetuado o pagamento complementar do mês.

4. ADICIONAL NOTURNO

O empregado sujeito a horário noturno, assim considerado o que for prestado entre 22h00 (vinte e duas) horas de um dia e 5h00 (cinco) horas do dia seguinte, perceberá, sobre o valor da hora normal (valor horário do seu salário-base), para cada hora de serviço prestado no horário citado, um adicional de 60% (sessenta por cento) correspondente a:

- a) 20% (vinte por cento) pelo trabalho noturno a que se refere o artigo 73 da CLT;
- b) 40% (quarenta por cento) para o pagamento dos 7'30" (sete minutos e trinta segundos) de cada período de 60 (sessenta) minutos efetivamente trabalhados, decorrentes da redução da hora noturna, prevista no § 1º do artigo 73 da CLT.

5. HORAS EXTRAS

5.1. O pagamento das horas extras será feito com os seguintes percentuais:

- a) 50% (cinquenta por cento), para as duas primeiras horas trabalhadas;
- b) 110% (cento e dez por cento), para as horas extras trabalhadas a partir da terceira;
- c) 120% (cento e vinte por cento) para as horas extras trabalhadas em dia de repouso semanal, feriado, ou dia que não seja de expediente normal do empregado (sábado, para o pessoal de horário administrativo, ou dia de folga, para o pessoal em rodízio);

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a small scribble, a large signature, a signature that appears to read 'Carmen Ai Gu', a signature that appears to read 'Lirinha', a signature that appears to read 'Jura', and a final signature on the right side.

d) 120% (cento e vinte por cento) para as horas extras realizadas no sábado, domingo, em dia de repouso semanal, feriado ou dia de folga, pelos empregados no exercício do cargo de maquinista.

5.2. Caso seja solicitado o comparecimento do empregado em horário não contíguo com seu horário normal de trabalho, estando ele em sua residência, fica garantido o pagamento de 03 (três) horas extraordinárias, caso a duração do trabalho seja inferior a esse número, respeitando-se os percentuais definidos nesta cláusula, salvo nos casos em que houver acordo específico, prevendo a possibilidade de compensação.

5.3. Para os efeitos da presente cláusula apenas serão consideradas as horas trabalhadas além da duração normal do trabalho a partir de 01.07.2004.

6 ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Mantida a prática atual de adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário por ocasião das férias, a CVRD, em novembro, pagará a diferença entre o já adiantado e 50% (cinquenta por cento) do salário desse mês. Em dezembro, será paga a parcela final do décimo terceiro salário.

7 TURNO DE REVEZAMENTO / 6 HORAS

7.1. A carga horária dos empregados em turnos de revezamento será de 36 horas semanais.

7.1.1. Em a CVRD se utilizando a escala semanal de turnos menor que a carga prevista no item 7.1, fica permitida a complementação da jornada por via de compensação da seguinte forma:

a) Na jornada diária de turno de revezamento, quando não realizado o intervalo de 15 minutos previsto no artigo 71, parágrafos 1º e 2º da CLT;

b) No retorno de uma das folgas do mês, acrescerá à jornada regular, até o limite de duas horas e trinta minutos, antes do início da mesma, para fins exclusivos de treinamentos (técnicos ou relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho) e/ou reuniões e somente quando necessário.

b.1 - Neste caso, fica acordado que o horário de convocação deverá ser entre 15h00 e 17h00, antes da jornada regular de trabalho, preservando o intervalo de 1 (uma) hora para repouso e refeição.

b.2 - Havendo autorização por escrito por parte da DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - DRT, para redução do intervalo para refeição de até 30 (trinta) minutos, o horário de

CP/1000 Eli Gury

convocação deferido no item b.1 poderá ser alterado para 15h30 às 17h30.

7.1.2. A CVRD fornecerá transporte especificamente para os empregados quando convocados para treinamento e/ou reuniões, na forma prevista no item "b", bem como, providenciará a refeição para os mesmos, no intervalo referido no item "b".

7.1.3. Não se aplica à categoria de "MAQUINISTAS" a compensação prevista no subitem 7.1.1, alíneas "a", "b", "b.1", "b.2" e subitem 7.1.2 acima. Ficando, entretanto, mantida a carga horária de 36 (trinta e seis) horas semanais, para todos os efeitos legais, mesmo que a escala adotada pela CVRD tenha duração semanal inferior.

8 GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO

8.1. Da empregada gestante

A empresa garantirá à empregada gestante o emprego ou o salário pelo período de 120 (cento e vinte) dias após o término da licença-maternidade, exceto em caso de justa causa ou término de contrato a prazo.

8.2. Do empregado pai

A empresa garantirá ao empregado que vier a ser pai, o emprego ou o salário por 30 dias após o nascimento do filho, exceto em casos de justa causa ou término de contrato a prazo.

9. ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA

9.1. Regime de Livre Escolha

9.1.1. Despesas com tratamento psicológico e psicoterápico

A CVRD adotará o limite máximo semestral de reembolso desse tipo de tratamento em:

- a) R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), no tratamento clínico, por beneficiário;
- b) R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), no tratamento em regime de confinamento, por beneficiário.

9.1.2. Despesas com aquisição de lentes corretivas

A CVRD adotará o limite máximo de reembolso em R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) /ano, por beneficiário da AMS.

9.1.3. Despesas com armação de óculos

A CVRD adotará o limite máximo de reembolso em R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) /ano, por beneficiário da AMS.

9.1.4. Reembolso de despesas médicas

a. Na hipótese de grande risco, o percentual de participação da CVRD será mantido em 70% (setenta por cento); e

b) Na hipótese de tratamento odontológico, o percentual será mantido em 50% (cinquenta por cento), limitado o reembolso aos valores de tabela específica elaborada pela CVRD, que tem como referência a tabela da Associação Brasileira de Odontologia.

b.1) A CVRD renovará a extensão do implante dentário para quaisquer dentes da arcada dentária, mantida as condições do item b.

9.1.5. Tratamento Fonoaudiológico

A CVRD adotará o limite máximo semestral de reembolso em R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), por beneficiário da AMS.

9.1.6. Dependente Portador de Necessidades Especiais

9.1.6.1. A CVRD adotará o reembolso no percentual de 90% (noventa por cento) das despesas com tratamento de dependente portador de necessidades especiais relacionadas na Instrução DIHA nº 009/01, de 06.08.2001.

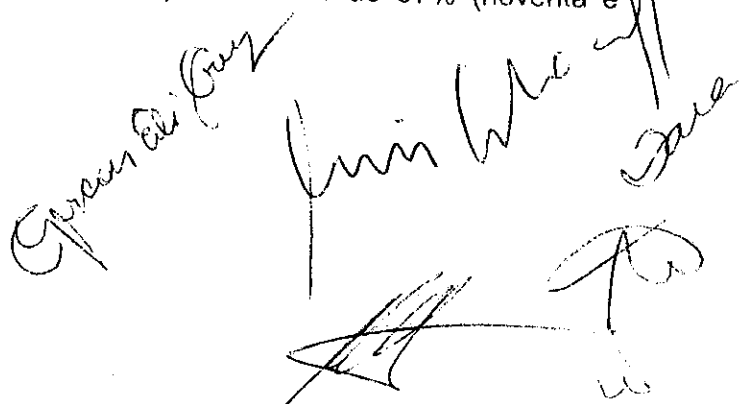
9.1.6.2. As necessidades especiais de que trata esta cláusula e definidas na Instrução acima citada, deverão ser comprovadas por meio de laudos emitidos por instituições médicas.

9.1.6.3. O reembolso é limitado ao valor equivalente a R\$ 900,00 (novecentos reais), por mês, por dependente.

9.2. Regime de Credenciamento

9.2.1. Reembolso de despesas médicas

Na hipótese de grande risco, o percentual de participação da CVRD, neste regime de credenciamento, passa a ser de 97% (noventa e sete por cento).



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Gerson", "Luis", and "Sara".

9.2.2. Credenciamento de clínicas fisioterápicas

9.2.2.1. Será mantido o credenciamento de clínicas para realização de tratamento fisioterápico, assegurado ao empregado, observados os critérios hoje praticados, a participação da CVRD em 60% (sessenta por cento) das despesas efetuadas;

9.2.2.2. A CVRD providenciará atendimento domiciliar, na necessidade de tratamento fisioterápico, aos beneficiários da AMS que comprovarem incapacidade de locomoção, mediante laudo a ser aprovado por perito médico contratado pela Companhia.

9.2.3. Atendimento Odontológico

A CVRD renovará a sua participação nesse tipo de tratamento em 60% (sessenta por cento), no regime de credenciamento.

9.2.3.1. A CVRD manterá o credenciamento de dentistas com especialidade em implante dentário.

9.2.4. Transplante de Órgãos

A CVRD, no regime de credenciamento, custeará em 97% (noventa e sete por cento) as despesas hospitalares incorridas pelo doador externo (não empregado ou não dependente do mesmo), por ocasião da doação de órgão a empregado ou a seu dependente.

O custeio previsto nesta cláusula abrange, exclusivamente, os serviços de:

- a) exames preliminares;
- b) diárias e taxas hospitalares, materiais e medicamentos em regime de internação;
- c) honorários de cirurgião, anestesista, auxiliares e instrumentadora.

A participação financeira da CVRD cessará quando da alta hospitalar do doador externo.

9.2.5. Tratamentos / Diagnósticos Especializados

9.2.5.1. As despesas relativas a procedimentos de litotripsia extracorpórea e ultra-sônica (tratamento de cálculo renal), tomografia computadorizada, hemodinâmica, ressonância magnética, quando realizadas em regime de credenciamento, terão a participação da CVRD estabelecida em 85% (oitenta e cinco por cento), exceto quando realizadas em regime de internação hospitalar, situação em que a participação da empresa nas despesas será de 97% (noventa e sete por cento).

9.2.5.2. Nas despesas relativas a procedimentos de quimioterapia e radioterapia, no tratamento de câncer, e hemodiálise, todas no regime de credenciamento, a participação da empresa será de 97% (noventa e sete por cento).

9.2.6. Tratamento Fonoaudiológico

9.2.6.1. A CVRD renovará o tratamento fonoaudiológico, no regime de credenciamento, observados os seguintes percentuais em relação à participação da Companhia nas despesas efetuadas:

- a) regime ambulatorial: 60% (sessenta por cento);
- b) regime de internação: 97% (noventa e sete por cento).

9.2.7. Despesas com tratamento psiquiátrico

A CVRD manterá o credenciamento de médicos e instituições especializadas em tratamentos psiquiátricos, clínicos ou ambulatoriais.

9.3. Tratamento de Saúde/Cônjuge

A CVRD considerará o cônjuge e, nos termos de seu regulamento, o (a) companheiro(a), como dependente do empregado para efeitos de assistência médica supletiva, independentemente da data de admissão do mesmo na empresa e da renda percebida.

9.4. Medicamentos Especiais

A CVRD tentará adquirir, diretamente de laboratórios, medicamentos não comercializados em farmácias, inclusive aqueles utilizados no tratamento da AIDS. A participação da empresa nessa despesa será de 60% (sessenta por cento).

9.5. AIDS

9.5.1. A CVRD assumirá integralmente os custos do exame de detecção do vírus da AIDS, quando solicitado pelo empregado ao médico da empresa e realizado na rede de laboratórios indicados pela CVRD.

9.5.2. A CVRD manterá a realização de campanhas preventivas contra a AIDS.

[Handwritten signatures and initials are present throughout the page, including a large signature on the left side and several smaller ones at the bottom.]

9.6. Medicamentos para Acidentados do Trabalho e Portadores de Doenças Profissionais

A CVRD dará continuidade às práticas de fornecimento de medicamentos para acidentados do trabalho e portadores de doenças profissionais, a critério de seu corpo médico.

9.7. Assistência Médica Supletiva/Desconto do Débito

A CVRD, durante a vigência do presente acordo, observará como limite mensal para o desconto de débitos decorrentes da utilização da AMS o equivalente a 10% (dez por cento) do salário-base do empregado.

9.8. Assistência Médica Supletiva / Livre Escolha

Os empregados admitidos a partir de 01.07.88 farão jus ao regime de livre escolha, nos mesmos moldes e limites utilizados para os demais empregados da empresa.

10. SEGURO DE VIDA

10.1. A CVRD dará continuidade ao benefício do seguro de vida em grupo, mantidas as condições da apólice atual.

10.2. O valor do prêmio individual cabível a cada empregado, pago total ou parcialmente pela CVRD, não constitui verba salarial, nos termos do § 9º, inciso XXV, do art. 214 do Decreto 3.048/99.

11. FÉRIAS

11.1. No prazo de 30 (trinta) dias antes do início das férias, fica facultado aos empregados a solicitação do empréstimo de férias a ser creditado por ocasião da regularização das férias, nos moldes abaixo:

- a) para os empregados que recebem salário-base mensal de até R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), o empréstimo será de 40% (quarenta por cento) do salário-base;
- b) para os empregados que recebem salário-base mensal superior a R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), o empréstimo será de 20% (vinte por cento) do salário-base.

11.2. O empréstimo de férias deverá ser pago em uma única parcela, através de débito no contracheque no prazo de até 9 (nove) meses após o retorno de férias, ou em 9 (nove) parcelas mensais iguais, a partir deste mesmo evento.

- 11.3. Desde que observado o prazo limite estipulado no item anterior, a data de pagamento poderá ser definida pelos próprios empregados.
- 11.4. Quando houver divisão do período de férias, o empréstimo de férias só poderá ser requisitado no segundo período.
- 11.5. O início das férias não poderá coincidir com sábado, domingo, feriado ou dia de compensação de repouso semanal.

12. SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

12.1. O Perfil Profissiográfico Previdenciário, acompanhado dos respectivos laudos técnicos, será fornecido pela CVRD ao empregado dentro dos seguintes prazos e condições:

- a) Em até 60 (sessenta) dias, contados do desligamento do empregado;
- b) Para o fim de aposentadoria, em até 60 (sessenta) dias a partir da solicitação do empregado que já reúna condições necessárias à obtenção de tal benefício;
- c) Em até 30 (trinta) dias, contados do desligamento do empregado que já reúna condições necessárias à obtenção de tal benefício.

12.2. A CVRD dará cumprimento às normas de saúde, higiene e segurança do trabalho, visando reduzir os efeitos dos eventuais agentes insalubres ou perigosos, especialmente através de:

- . adoção de medidas de proteção coletiva, sempre que tecnicamente viáveis;
- . rigorosa fiscalização quanto ao adequado uso de equipamentos de proteção individual / EPI;
- . realização de campanhas conscientizadoras e esclarecedoras sobre saúde, segurança e higiene do trabalho;
- . inclusão, quando da realização dos exames periódicos, de exames complementares específicos para a prevenção/deteção precoce:

- a) do câncer de mama para empregados com idade superior a 35 (trinta e cinco) anos;
- b) do câncer de próstata para homens com idade superior a 45 (quarenta e cinco) anos; e
- c) de doenças obstrutivas coronarianas para empregados com idade superior a 40 (quarenta) anos.

Guararati Bay

Carvalho

Sau

- 12.2.1. A CVRD fornecerá ao empregado, quando solicitado, cópia dos exames médicos admissional, periódicos e demissional, após a avaliação médica final.
- 12.3. A CVRD se compromete a enviar aos sindicatos o dimensionamento das CIPAS e cópias das atas das reuniões em 10 (dez) dias após sua ocorrência. No caso de acidente grave ou fatal, a remessa de cópia da ata de reunião se dará em até 2 (dois) dias úteis após o acidente, entendido o sábado como dia útil.
- 12.4. A CVRD comunicará aos sindicatos o término do mandato da CIPA, com 90 (noventa) dias de antecedência, sem prejuízo da remessa da cópia do ato convocatório das eleições no prazo legal.
- 12.5. A CVRD remeterá aos Sindicatos cópias das CATs (Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT) por ela emitidas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da emissão. No caso de acidente grave ou fatal, a remessa da respectiva CAT dar-se-á em 2 (dois) dias úteis após o acidente, entendido o sábado como dia útil.
- 12.6. A CVRD, conforme a categoria representada, fornecerá aos sindicatos cópia atualizada do PPRA, PCMSO, PGR, PAM e PCE, resguardando, quanto ao PCMSO, os documentos de caráter pessoal do trabalhador, que possam violar a sua intimidade e vida privada, como AIDS e câncer. As respectivas atualizações serão entregues no prazo de 30 (trinta) dias após a atualização desta.
- 12.7. Será considerado como base de cálculo para pagamento do adicional de insalubridade, o valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais).
- 12.8. O empregado poderá deixar de executar atividade por motivo da existência de risco grave e iminente, comunicando ao seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis junto com a área de segurança do trabalho. O retorno à execução dos serviços ocorrerá após a liberação do local ou atividade pela área de segurança do trabalho da empresa.
- 12.8.1. O empregado preencherá formulário padrão e o entregará ao seu superior hierárquico na data da constatação do risco, sendo que uma via será enviada ao Sindicato, no prazo de até 7 (sete) dias.

13 ATESTADO MÉDICO

- 13.1. O empregado, nos casos de afastamento por doença, deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, comunicar esse evento à CVRD. Após seu retorno ao trabalho, terá também prazo de 48 (quarenta e oito) horas a fim de apresentar-se com o atestado para exame e análise do médico da

CVRD, ou por ela autorizado, a quem caberá a decisão sobre a licença remunerada para tratamento de saúde.

- 13.2. A CVRD não anotará na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado a licença médica, cujo período de afastamento não for superior a 15 dias.

14 AUXÍLIO FUNERAL

Fica mantido o pagamento do auxílio-funeral em caso de falecimento do empregado ou do seu dependente inscrito na CVRD para efeitos de Assistência Médica Supletiva, nos termos da Instrução DIHA-026/99, considerando um valor único do benefício de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por empregado / dependente.

15 BENEFÍCIOS/DEPENDENTES SEM ECONOMIA PRÓPRIA

Para efeito de concessão dos benefícios estabelecidos pela CVRD, a expressão "sem economia própria" equivale a ganhos de até 1 (um) salário mínimo.

16 CRECHE / MATERNAL

A CVRD concederá à sua empregada, observada a Instrução DEHA 001/99, o reembolso creche/maternal, nas seguintes condições:

- a) 100% (cem por cento) de reembolso, no caso de atendimento a filho, até o 36º mês de vida;
- b) 60% (sessenta por cento) de reembolso, no caso de atendimento a filho, do 37º ao 72º mês de vida, limitado a R\$ 200,00 (duzentos reais).

O reembolso creche/maternal continuará sendo estendido, nas mesmas condições, ao empregado divorciado ou separado que tenha guarda dos filhos por decisão judicial, ou viúvo.

17 REEMBOLSO EDUCACIONAL

- 17.1. A CVRD reembolsará os seus empregados com as despesas incorridas por estes em cursos de ensino fundamental, ensino médio, e ensino superior em curso de graduação, de acordo com os termos da

Instrução DIRH nº 003/02, de 01.07.2002, descontado o valor do salário-
educação;

- 17.2. O benefício previsto nesta cláusula está limitado a uma repetência do empregado;
- 17.3. No que diz respeito aos cursos de graduação do ensino superior, o reembolso somente será concedido se observados os termos do art. 7º da referida Instrução.
- 17.4. Através deste instrumento, a CVRD eleva o reembolso dos cursos de nível médio para 90% (noventa por cento).
- 17.5. Exclusivamente para os empregados com salário-base de até R\$1.000,00 (um mil reais), a CVRD eleva o reembolso dos cursos graduação em nível superior para 70% (setenta por cento).

18 PARTICIPAÇÃO EM PROVAS

A CVRD analisará todos os pedidos de mudança na escala, para que os empregados que trabalham em regime de revezamento, participem de provas em cursos regulares ou exames de vestibular, desde que solicitado com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

O empregado será liberado de suas atividades nos dias em que estiver, comprovadamente, realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior, cabendo-lhe, porém, comunicar a empresa com antecedência de 7 (sete) dias corridos do início dos dias de exame.

19 MATERIAL ESCOLAR/UNIFORME

19.1. A CVRD reembolsará material escolar / uniforme, no início do ano letivo de 2005, estabelecendo, como valor máximo, o equivalente a R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) por beneficiário.

19.2. O benefício abrangerá:

- a) empregados matriculados no ensino fundamental, médio e superior em curso de graduação;
- b) dependentes matriculados na educação infantil em pré-escolas e nos ensinos fundamental, médio e superior.

19.3. Consideram-se dependentes, para efeitos dessa cláusula, o filho, o enteado, o menor sob guarda e o cônjuge (ou o companheiro(a)), desde que cadastrados no Sistema AMS.

20 LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

A CVRD se compromete, durante a vigência do presente Acordo, a observar a Resolução 01/88 no que diz respeito a liberação de dirigentes sindicais.

21 REEMBOLSO DE CURSO SUPLETIVO

A CVRD reembolsará as despesas incorridas por seus empregados em matrícula e mensalidades de cursos supletivos relacionados ao ensino fundamental e médio, mediante a devida comprovação, limitando-se o reembolso a ocorrência de uma repetência.

22 COMPENSAÇÃO DOS DIAS ÚTEIS/FERIADOS

A CVRD poderá compensar os dias úteis imediatamente anteriores ou posteriores a feriados oficiais, mediante a prorrogação de jornada de trabalho em dias antecedentes ou subseqüentes aos dias compensados, a fim de evitar o labor normal dos empregados nestes dias.

23 REPASSE AOS SINDICATOS

23.1. A CVRD se compromete a repassar aos sindicatos, desde que obedecidas às formalidades legais, até o 5º (quinto) dia de cada mês, as mensalidades dos empregados associados efetivamente descontadas.

23.2. Na hipótese do empregado não possuir consignável suficiente para desconto das mensalidades associativas, as parcelas vencidas sob este título, somente poderão ser descontadas nos meses subseqüentes, até o valor máximo equivalente ao dobro da referida mensalidade, sem prejuízo da contribuição do próprio mês.

23.3. A CVRD enviará aos sindicatos signatários do presente acordo, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a relação dos empregados que sofreram desconto relativo à mensalidade associativa e à contribuição confederativa, com o valor total do respectivo repasse.

23.4. A CVRD enviará listagem com nomes e valores individualizados daqueles empregados cujo desconto mencionado no item 23.2 não foi possível de se efetuar.

24 ADIANTAMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA

- 24.1. Condicionado à emissão de parecer de médico da CVRD, evidenciando potencial recebimento do benefício previdenciário "auxílio-doença", a empresa, através da VALIA, providenciará o adiantamento dos respectivos valores a partir da folha de pagamento do mês da emissão do citado parecer, observado o período de fechamento da referida folha.
- 24.2. Quando dos pagamentos do benefício pelo INSS, será procedido o regular desconto dos valores adiantados.

25 QUADRO DE AVISOS

Fica facultado aos Sindicatos a utilização de um Quadro de Aviso localizado nos restaurantes e vestiários em cada unidade da CVRD, para divulgação de comunicados de interesse geral dos empregados, em tamanho de papel ofício, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

26 ABRANGÊNCIA

Aos empregados responsáveis pela gestão da companhia, ocupantes dos cargos de direção e gerencial, tais como, Diretores, Gerentes Gerais e Gerentes, não se aplica a cláusula 1ª do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

27 LICENÇA A MÃE DE FILHO ADOTIVO

27.1. Nos termos da Lei 10.421, de 15 de abril de 2002, a CVRD concederá uma licença maternidade à sua empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança até 8 (oito) anos, nos prazos e condições abaixo:

- a) criança até 1 (um) ano de idade: 120 (cento e vinte) dias;
- b) criança a partir de 01 (um) e até 4 (quatro) anos de idade: 60 (sessenta) dias;
- c) criança a partir de 4 (quatro) e até 8 (oito) anos de idade: 30 (trinta) dias.

27.2. A licença maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the center, and several smaller signatures on the right side.

29 ACOMPANHAMENTO DO ACORDO

A fim de aferir, avaliar e analisar o cumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho, a CVRD e os Sindicatos estabelecem um programa de reuniões trimestrais entre seus respectivos representantes, por convocação de qualquer das partes. Essa convocação deverá ser feita com o mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, contendo a pauta dos itens que comporão a agenda da reunião.

30 ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

Mediante a solicitação formal do empregado, a CVRD concederá um adiantamento do 13º salário, observados os seguintes valores:

- a) R\$ 1.000,00 (um mil reais) para os que percebem salário-base mensal de até R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- b) R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para os que percebem salário-base mensal superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

30.1. Para o empregado que optar pelo adiantamento até 20/08/2004, o depósito será feito até 03/09/2004 e para o que formalizar a opção até 31/08/2004, o depósito será feito até 15/09/2004. O prazo máximo para solicitar o adiantamento é 31/08/2004.

30.2. O adiantamento será deduzido do pagamento do 13º salário, ou de qualquer outro evento de pagamento da CVRD em favor do empregado que ocorra até abril de 2005, ou em 9 (nove) parcelas iguais e mensais, a partir do mês subsequente ao do depósito do adiantamento.

30.3. As alternativas de pagamento do adiantamento, observados os limites do item anterior, constarão no termo de opção a ser firmado pelo empregado.

30.4. O adiantamento sofrerá as deduções legais porventura incidentes.

31 VIGÊNCIA NORMATIVA

31.1. O presente Acordo terá vigência de 01/07/2004 a 30/06/2005.

31.2. As cláusulas do presente Acordo Coletivo terão vigência restrita até o termo fixado no item 31.1, quando perderão eficácia.

32 DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. As partes se obrigam a cumprir fielmente o presente Acordo Coletivo.

32.2. As Entidades Sindicais e a CVRD, em caso de violação de qualquer dos dispositivos do presente Acordo Coletivo, sujeitar-se-ão à multa, devida

Assessoria Etili Buz

Assessoria Etili Buz

Assessoria Etili Buz

- 31.2. As cláusulas do presente Acordo Coletivo terão vigência restrita até o termo fixado no item 31.1, quando perderão eficácia.

32 DISPOSIÇÕES FINAIS

- 32.1. As partes se obrigam a cumprir fielmente o presente Acordo Coletivo.

- 32.2. As Entidades Sindicais e a CVRD, em caso de violação de qualquer dos dispositivos do presente Acordo Coletivo, sujeitar-se-ão à multa, devida uma única vez ainda que se verifique a reincidência, no valor inicial de R\$ 60,00 (sessenta reais) quando a infratora for a CVRD e R\$ 40,00 (quarenta reais) se forem as Entidades Sindicais, devido em favor da parte prejudicada.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Nome: Roberto Rui Lima de Figueiredo

CPF: 289.557.737-49

Nome: Luiz Eduardo Lopez

CPF: 373.924.847-53

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS

Nome: João Batista Cavaglieri

CPF: 394.850.647-72

Nome: Janete de Sá Venâncio

CPF: 416.272.377-04

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS, DO OURO E METAIS PRECIOSOS E DE MINERAIS NÃO METÁLICOS DE MARABÁ, PARAUAPEBAS, CURIONÓPOLIS E ELDORADO DOS CARAJÁS-PARÁ

Nome: Raimundo Nonato Alves de Amorim

CPF: 147.611.573-72

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DE MINAS GERAIS

Nome: Renato de Rezende

CPF: 074.733.116-20


SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESPÍRITO SANTO


Nome: Paulo Guimarães


CPF: 115.718.617-84

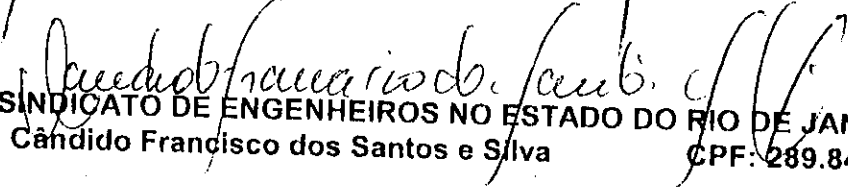
Opinion de For

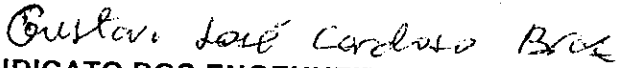
Guar



SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO RIO DE JANEIRO
Nome: José Carlos Neves CPF: 677.002.007-34

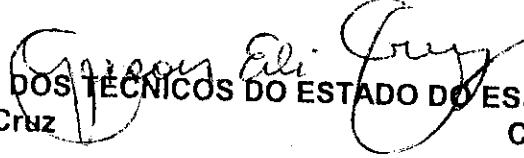

SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS
Nome: Eustáquio Pires Santos CPF: 133.010.046-87

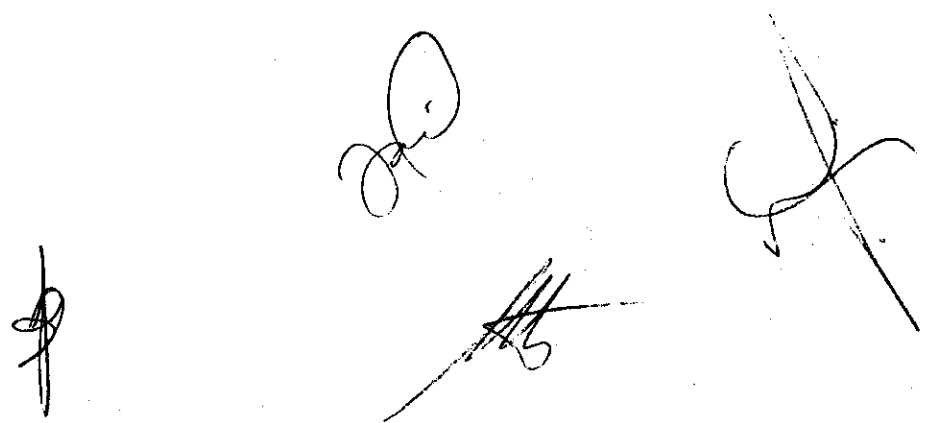

SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Nome: Luís Fernando Fiorotti Mathias CPF: 493.665.137-00


SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: Cândido Francisco dos Santos e Silva CPF: 289.846.337-04


SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DE SERGIPE
Nome: Gustavo José Cardoso Braz CPF: 171.218.685-04


SINDICATO DAS SECRETÁRIAS DOS ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: Gerarda Ribeiro de Freitas CPF: 039.453.247-34


SINDICATO DOS TÉCNICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Nome: Gerson Eli Cruz CPF: 164.506.046-20



Gerentes, não se aplicam as cláusulas 3ª, 4ª e 5ª do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

35. VIGÊNCIA NORMATIVA

35.1 O presente Acordo terá vigência de 01/07/2006 a 31/10/2007.

35.2 As cláusulas do presente Acordo Coletivo terão vigência restrita até o termo fixado no item 35.1, quando perderão eficácia.

36. DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes se obrigam a cumprir fielmente o presente Acordo Coletivo.

36.1 As Entidades Sindicais e a CVRD, em caso de violação de qualquer dos dispositivos do presente Acordo Coletivo, sujeitar-se-ão à multa, no valor inicial de R\$ 100,00 (cem reais).



COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Nome: Roberto Rui Lima Figueiredo

CPF: 289.557.737-49

Nome: Rafael Grassi Ferreira


CPF: 529.151.076-53



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS

Nome: João Batista Cavaglieri

CPF: 394.850.647-72



SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS, DO OURO E METAIS PRECISOSOS E MINERAIS NÃO METÁLICOS DE MARABÁ, PARAUPEBAS, CURIONÓPOLIS, CANAÃ DOS CARAJÁS, EL DORADO DOS CARAJÁS E PARAGOMINAS

Nome: João Batista Cavaglieri

CPF: 394.850.647-72



SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DE MINAS GERAIS

Nome: Maurício Pereira de Jesus

CPF: 010.418.196-68

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESPÍRITO SANTO

Nome: Paulo Guimarães

CPF: 115.718.617-84

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO RIO DE JANEIRO

Nome: José Carlos Neves

CPF: 677.002.007-34